

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.398 - CE
(2018/0215179-9)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : DOMUS COMPANHIA HIPOTECÁRIA
ADVOGADOS : FLÁVIO CUNHA DE CARVALHO RÊGO - CE010091
PEDRO PAULO TELLES BUENO - RJ034111
AGRAVADO : MARIA MAGNÓLIA DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADOS : VLADIMIR GALDINO DE QUEIROZ - CE004116
FRANCISCO CARLOS GONZAGA FERNANDES - CE007510

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRADO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO EM RAZÃO DA INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL - IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVANTE.

1. A jurisprudência desta Corte Superior entende que a interposição de agravo interno/regimental contra julgado colegiado constitui erro grosseiro, incapaz de ensejar a interrupção do prazo recursal.

1.1. *In casu*, foi reconhecida a intempestividade do recurso especial, visto que o acórdão passível de impugnação pela via especial, qual seja, o que negou provimento ao agravo de instrumento, fora publicado em 20/10/2015 e o recurso interposto somente em 14/12/2015.

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator